

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 30 DE JUNHO DE 1995

*Doutor Adib Jatene, Ministro da Saúde; Senhores Governadores; Senhores Secretários de Saúde; Senhoras e Senhores,*

Não é novidade para mim o quadro aqui descrito, nem é este o primeiro encontro que temos sobre a questão da saúde.

Na verdade, isso é um tormento nacional. Aqui foi referido o fato de que, há muito tempo, nós estamos tentando equacionar essa questão.

O Ministro Jatene tem tido um desempenho excepcional em mostrar quais são as possibilidades e quais são os limites que temos e como podemos ultrapassá-los. Os senhores sabem, tão bem quanto eu, que o Governo dobrou os recursos para a saúde. Literalmente dobrou, em menos de dois anos. De 350 milhões de dólares, passamos a 600 milhões de reais, no que diz respeito ao atendimento dos convênios. É um esforço enorme do Governo.

Algum efeito isso deve ter tido, porque, obviamente, é muito mais fácil administrar quando há recursos em dia do que quando não os há. Não só os recursos foram dobrados, como também o Ministro Jatene fez um enorme esforço adicional para colocar em dia os pagamentos.

Não obstante, há outros problemas, além daquele aqui mencionado de que os procedimentos são pagos de maneira absolutamente insuficiente, quando se trata de curar o doente. Mas o aspecto mais importante, que é evitar a doença, fica comprometido, se não houver programas consistentes nessa área, como o programa da mortalidade infantil, ao qual atribuo enorme importância. Ele está sendo lançado pelo Ministério da Saúde e implica uma coordenação entre vários Ministérios e uma ação que tem a ver com a nutrição, com os agentes de saúde, para realmente haver um treinamento adequado quanto aos procedimentos relativos à saúde da mãe, enfim, a um conjunto de questões.

Creio que temos de passar ao País o que estamos fazendo, a consciência de que os problemas estão aí e de que nós os conhecemos e estamos lutando para resolvê-los. Mas o cobertor é curto. É preciso haver recursos.

Nesta manhã recebi um grupo grande da agricultura. A demanda não é a mesma, mas é na mesma direção.

Eu nem recebi o Ministro dos Transportes porque eu disse: “Meu Deus, hoje eu vou pedir socorro ao Governador de Mato Grosso, que é rico”; para não falar no do Distrito Federal, que é riquíssimo, porque as demandas são enormes e são verdadeiras, são corretas.

Nós já participamos, em mais de um momento, e aqui esse fato foi referido, de esforços para resolver a questão da saúde. Deram em pouca coisa. Na verdade, quem mais socorreu a saúde foi o Tesouro Nacional. Houve uma pendência entre a Saúde e a Previdência, e aquilo tudo acabou no Tesouro, que tem feito um certo esforço: no mínimo, 50% dos recursos públicos disponíveis vão para a Saúde.

Não tenho o dado mais recente – e o Ministro sabe mais que eu, porque ele conhece esses números melhor que eu –, mas o que sobrava para o Governo Federal administrar tudo no Brasil era 1 bilhão de reais por mês. Destes, 550 milhões de reais vão para a saúde, 450 milhões ficam para transporte, Forças Armadas, agricultura, enfim, para todo o resto.

Então, o esforço é grande, mas é insuficiente. Portanto, só tem um jeito: arranjar mais recursos. Acho que isso é uma questão elementar, é aritmética. É arranjar mais recursos.

Vi várias reuniões com parlamentares, com membros da sociedade civil, “vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”. Nada. Não houve recurso adicional efetivo que tivesse entrado pelos cofres da União. O que houve foi, dentro das limitações do Governo Federal, o próprio Governo enfrentar, às vezes até pedindo emprestado ao FAT para poder quebrar dificuldades mais prementes ali.

Agora está na hora, efetivamente, dado que há no País essa consciência de que não é má vontade do Governo. Às vezes me perguntam: “Mas a prioridade não é a saúde?” Claro que é, e por isso mesmo nós dobramos o gasto. Mas não basta. Não é o Governo; o Brasil é que tem que saber: quer ou não quer o SUS? Eu quero. Acho que é um sistema avançado, um sistema bom, um sistema que permite à comunidade participar do controle das decisões. É um sistema positivo.

Agora, como é que vamos fazer o SUS sem assegurar recursos aos municípios? Nós não vamos, não tem como. E como vamos dizer que asseguramos, se nós não temos? Também não podemos. Então, fica um círculo vicioso.

Vamos quebrar esse círculo vicioso. É chegado o momento. Nós vamos ter, agora, não só a Emenda Valadares, como teremos a reforma da Constituição também no que diz respeito à questão tributária. É bom que o País tome consciência disso. Reforma tributária não pode ser para diminuir os recursos disponíveis, não.

Ouçõ muita gente que pensa que vamos fazer reforma tributária e vamos pagar menos. Não, senhor. Vamos pagar mais justamente, pagar o que for justo. Tem muita gente que deve pagar e não paga e tem muita gente que não pode pagar o que paga e paga. Então, temos que corrigir essas injustiças. Mas temos que ampliar o recurso para o Estado. Não vamos ter ilusões.

Tenho feito um esforço enorme – o Brasil é testemunha disso – na área de privatizações, porque sei que o Governo não tem mais como enfrentar certas questões da área econômica. Mas isso não quer dizer que o Estado vá desaparecer, que não tenha ações a cumprir, que um país cheio de pobreza como o Brasil possa, de repente, graças a sei-lá-o-quê, transformar-se num país próspero, sem que o Estado seja adequa-

damente organizado e o Governo tenha condições de, efetivamente, cumprir suas missões.

Precisamos de recursos. Então, vamos ver como obter esses recursos. Há condições para isso. Os senhores sabem que, no caso da Emenda Valadares, não é unânime o ponto de vista por uma razão simples; não porque não queiram os recursos, mas por causa dos efeitos sobre a inflação, isso e aquilo. Tudo bem, discute-se, mas nós vamos ter que ter esses recursos. E, nesse sentido, aceito assumir a liderança da busca desses recursos.

Nós vamos discutir com o Congresso e com o País. A liderança efetiva é a do Ministro Jatene, mas estarei ao lado dele, discutindo com o Congresso e com o País para mostrar isso. Não adianta ficar dizendo que o Governo tem que fazer, o País é pobre, tem muito pobre, tem muita miséria. É, tem mesmo. Vamos resolver isso. Mas como é que vamos, se não nos dão os meios? Vamos dar os meios.

Outro dia alguém veio aqui, doutra área, e eu disse: “Está bem, eu saio junto com vocês com tabuleta na mão protestando. Vamos juntos.” E daí? Chega disso. Não está mais na hora de nós insistirmos nos problemas. Está na hora de ver como é que se resolve, como é que se palmilha o caminho, objetivamente, sem demagogia, que é o que está sendo proposto aqui. Só há um jeito, realmente, de nós termos mais recursos.

Queria lhes dizer, também, com toda a franqueza: os recursos, os adicionais que venham, não podem ser todos consumidos em convênios. Não podem e não serão. Esses recursos têm que ser utilizados também nas áreas diretas do Ministério no que diz respeito à prevenção, no que diz respeito a toda a parte sanitária e a tudo o mais. E temos que juntar isso a outros esforços que já estão sendo feitos, porque saneamento básico é fundamental para a saúde, é fundamental ter água encanada e um sistema de esgotos, obras que não aparecem, mas são fundamentais para o Brasil.

Nós, na verdade, paralisamos muitos desses projetos – não eu, nem o Governo anterior, mas vêm-se paralisando. Não há sistemas capazes de gerir as demandas. Agora começa a haver. O Banco Interamericano de

Desenvolvimento está dando um apoio efetivo. O Ministro Jatene juntou outro dia, no Alvorada, com o Presidente do BID, que disse que vai nos dar cerca de 6 bilhões de dólares nos próximos três anos, a serem gastos nessas questões, basicamente, de saneamento, embora não sejam só de saneamento.

Então, acho que o momento é maduro para isso.

Vou conversar, tanto com a área econômica como com as lideranças dos partidos do Governo no Congresso, vamos harmonizar os pontos de vista. Como não sou economista, sou sociólogo, tenho um viés talvez mais pragmático. Acho que temos que arranjar os recursos onde eles possam ser arranjados.

Pode não ser muito elegante a fórmula, mas, dada a premência da situação brasileira, nós temos que juntar forças e, se houver possibilidade de uma ação ou de outra, vamos buscá-la.

O Ministro Jatene mencionou que havia uma idéia do Deputado Prisco Vianna – eu já falei com ele – a respeito de um mecanismo também. Nós temos que ver quais são os mecanismos, vamos discutir com objetividade, com racionalidade e vamos chegar lá.

Agora, em julho, vou pedir aos Ministros algum representante da área econômica, mais um da área da saúde e alguém que faça o elo com o Congresso, e nós vamos cuidar pessoalmente desse assunto.

Muito obrigado a vocês.